

O perigo vem do mar: torpedeamento dos navios e a construção da memória de situação-limite na Segunda Guerra Mundial¹

Magno Francisco de Jesus Santos,
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)²

ABSTRACT

This article focuses on the construction of the memory about the extreme situation of the attacks made by German submarines on the Sergipe coast between 1942 and 1943. The discussion will focus on the impact of the attacks on the Sergipe capital residents' daily life, on the movements pro-revenge, as well as on the dissemination of places of remembrance as a tribute to the victims of the ship destroyed by torpedoes.

Keywords: memory; extreme situation; WWII; Sergipe.

Esse artigo tem como foco a construção da memória de situação-limite dos ataques realizados pelos submarinos alemães aos navios no litoral sergipano entre 1942 e 1943. O foco da discussão recai sobre os impactos dos atentados no cotidiano dos moradores da capital sergipana, os movimentos em pró da retaliação, assim como a difusão dos lugares de memória em homenagem às vítimas dos navios torpedeados.

Palavras-chave: memória; situação-limite; Segunda Guerra Mundial; Sergipe.

¹ Esse artigo apresenta os resultados do texto apresentado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, na disciplina "A construção da memória em situação-limite", ministrada pela Prof^a. D^a Samantha Viz Quadrat em 2011/2.

² Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Laboratório de experimentação em História Social e do Grupo de Pesquisa Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços.

Introdução

16 de agosto de 1942. Cidade de Aracaju. Era um domingo, dia de São Roque, santo católico protetor dos feridos, dos enfermos, que possuía imagem marcada pelas chagas espalhadas pelo corpo. Pelas ruas da cidade, logo cedo desfilavam as vendedoras com suas cestas de quitutes, moleques de bicicletas distribuindo os jornais e, pescadores, nas canoas, adentrando o mar pela foz do Rio Sergipe. Em tempos de guerra, Aracaju era o recanto da tranquilidade. Como elucida o cronista da cidade, “à noite, os veranistas e pescadores misturavam-se no armazém de Seu Guimarães, Bar do guarda Barbosa e no botequim de Dona Lila” (Melins, 2000, p. 112).

A população aracajuana acompanhava pela imprensa³ os episódios centrais da II Guerra Mundial, que desenrolava em diferentes países europeus. O terror dos conflitos era narrado em detalhes, por uma imprensa que, paulatinamente, se tornava especialista na construção imagética dos horrores (Wierviorka, 1998) dos campos de batalhas do velho mundo. Até aquele dia, a guerra era algo distante, de pouca repercussão para os moradores da pequena capital. Apenas a recém-criada rádio e os jornais propagavam diariamente o desenrolar dos conflitos (Maynard, 2003; Maynard, 2006).

Todavia, na noite do dia 16 de agosto de 1942, a rotina da cidade foi irrompida. O silêncio das ruas foi partido com os gritos de desespero. Os conflitos da sociedade, silenciados, emergiram diante de uma situação de ruptura das práticas cotidianas. Por mais improvável que parecesse, a guerra tinha chegado ao litoral do estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro. As praias, que até então recebiam veranistas, estavam com os destroços de embarcações e corpos mutilados. Ao fim do dia de São Roque, os corpos feridos eram lançados pelas ondas nas areias do Aracaju (Melins, 2000).

Naquela madrugada os navios Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo foram torpedeados no litoral sergipano, provavelmente pelo submarino alemão U-507 (Cruz; Aras, 2011, p. 157). O ataque aos navios no litoral de Sergipe criou uma situação tensa, pois a população não sabia quais eram os novos limites da Segunda Guerra Mundial, quais seriam os próximos alvos. O espaço da guerra atravessava o Atlântico e passava a incluir o litoral do Nordeste brasileiro. O Brasil, nação até então neutra no conflito mundial, se tornava palco das cenas de guerra. Além disso, os desencontros de informações sobre os ataques fizeram se espalhar o pânico pela cidade, levando-se em consideração que muitos moradores estavam aguardando familiares que chagariam de barco. A cidade que até então vivia

³ Nesta época, em Aracaju circulavam cinco jornais: A República, Folha da Manhã, O Nordeste e Sergipe Jornal.

dividida em seus redutos de diferentes classes sociais passou a reivindicar o mesmo direito: o dever de vingar as mortes.

Diante desse quadro desolador, percebe-se a constituição de uma situação-limite. Em Sergipe dos anos 40 do século XX, a Segunda Guerra Mundial foi vivenciada nas ruas e nas praias, com a chegada dos corpos destroçados para serem sepultados. Os estudantes se mobilizaram exigindo a entrada do Brasil no conflito no intuito de retaliar os ataques. Em Aracaju, antes mesmo da ida dos pracinhas brasileiros, as mães choravam a morte de seus filhos. Isso implica em dizer que o litoral sergipano foi transformado em campo de batalha da Segunda Guerra Mundial e a repercussão dessas batalhas era narrada dia a dia pela imprensa local, do mesmo modo que, nos anos posteriores constituiu-se uma política de construção da memória sobre os atentados. A guerra teve Sergipe como palco. A sensação de insegurança foi aguçada a cada momento no qual havia suspeita de novos ataques.

A inserção do conceito de trauma nas discussões historiográficas sobre o lembrar e o esquecer foi fundamental no processo de inteligibilidade da problemática relativa à memória, ao evidenciar os aspectos de subjetividade intrínsecos à construção da memória e os seus diferentes usos e abusos. Assim,

o sentido de incluir a noção de trauma como parte dos processos de construção e desconstrução da memória e do esquecimento, é contribuir para compreender que marcas deixam no nível subjetivo os processos repressivos e como estas lembranças se alojam nos espaços intersubjetivos (Kaufman, 1998, p. 2).

Por conta disso, esse artigo tem como foco a construção da memória de situação-limite dos ataques realizados pelos submarinos alemães aos navios no litoral sergipano entre 1942 e 1943. O foco da discussão recai sobre os impactos dos atentados no cotidiano dos moradores da capital sergipana, os movimentos em pró da retaliação, assim como a difusão dos lugares de memória em homenagem às vítimas dos navios torpedeados. Nesse sentido, o artigo busca entender o processo de construção/desconstrução da memória sobre os referidos atentados, assim como tenta problematizar as ações sobre o universo mnemônico de lembrar e esquecer.

A discussão tem como foco três tipologias documentais: os registros escritos publicados na imprensa, as fotografias e os artefatos dos ataques musealizados. Neste sentido, metodologicamente, buscou-se entender a construção discursiva sobre os ataques no contexto da guerra, bem como os usos do passado na legitimação de grupos sociais a partir da memória dos naufragos. Imagens e textos pintavam o terror.

Os usos políticos do passado se tornam um elemento imprescindível para se pensar a construção da memória em situação-limite, ou seja, possibilita a problematização das ações da sociedade no lidar com as memórias acerca dos momentos de ruptura das práticas cotidianas. Nesta acepção, a situação-limite evoca a questão dos traumas no âmbito da experiência social, na qual os episódios de dor se tornam o foco do embate da trama mnemônica. Esta, por sua vez, perpassa pelos conflitos acerca dos usos do passado, do fazer-se lembrar/esquecer, da difusão de culturas políticas nas quais eclodem leituras norteadoras acerca dos tempos pretéritos.

Com isso, ao passo que a história incide sobre as feridas sociais como fulcro analítico, a memória passa ser entendida como uma trama permeada por estratégias de sileciamentos, negações, reinvenções e resistência em fazer-se lembrado. Nas lidas com as situações-limites, emergem as feridas por vezes não cicatrizadas ou irrompem com zonas de tensões até então silenciadas. Um caso elucidativo na relação entre a sociedade e o seu passado traumático foi discutido por Ludmila da Silva Catela, na qual tem como foco o debate as reações e sentimentos dos familiares de prisioneiros e desaparecidos políticos na Argentina ditatorial (1976-1983). As prisões, torturas e extermínio da população argentina foram debatidas a partir do drama vivido na experiência na qual a violência ilimitada era alastrada pelo país, deixando cicatrizes e feridas ainda abertas (Catela, 2001).

Problematizar o traumático implica na discussão sobre o próprio vivido. As consequências das situações-limite podem ser analisadas como um elemento que extrapola as questões atinentes a meros reflexos dos traumas do passado. A memória em situação-limite é a própria história recriada, reinventada, usada com diferentes propósitos. Nesse sentido, o historiador que busca enveredar pelo campo da memória, precisa entender como o seu processo de construção é também histórico, pois,

o traumático e suas consequências nos vinculam a história do ocorrido. As narrativas e testemunhos nos enfrentam com situações e sofrimentos sobrepostos e, neste sentido, os sujeitos traumatizados podem ser vistos como sintomas da história (Kaufman, 1998, p. 3).

Outro ponto relevante no tocante à memória em situação-limite é seu poder de revelação das frestas de conflitos sociais silenciados no cotidiano. Sob a ótica de Michel Pollak, as “memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (Pollak, 1989, p. 4). Neste caso, um episódio como os ataques dos submarinos no

litoral brasileiro, propiciador de pânico coletivo extremo, pode elucidar a eclosão de memórias até então silenciadas, camufladas nas relações sociais tecidas no cotidiano. A guerra e, principalmente, o medo provocado pela mesma propiciava a construção de memória em situação-limite.

Nessa investigação, as notícias publicadas na imprensa local foram os registros documentais priorizados. Todavia, ao longo do trabalho foram inseridos registros de memorialistas da cidade de Aracaju, fotografias dos navios, vítimas e destroços das embarcações, assim como os monumentos construídos em homenagem às vítimas. É importante lembrar que nem todos os vestígios foram produzidos no período dos ataques, pois as vítimas dos naufrágios se tornaram, na segunda metade do século XX, objeto da atenção de alguns governantes, no intuito de construir uma memória de “mártires da pátria e do estado de Sergipe”. Ao analisar os monumentos edificadas na cidade é necessário desmistificar o propósito de sua construção, autenticando o diálogo existente entre o lugar de memória e os construtores/idealizadores. Nesse sentido, buscou-se reforçar a ideia de que “na História todo o significado é um significado-dentro-de-um-contexto” (Thompson, 2007, p. 243). Além disso, também foram elucidadas entrevistas com antigos moradores de São Cristóvão, no sentido de entender a leitura do passado acerca dos episódios das prisões dos religiosos alemães que vivam na cidade.

Nesse bojo, a memórias dos ataques realizados pelos submarinos alemães não passaram imunes pelo tempo. Ao contrário, elas foram construídas e desconstruídas ao longo do século XX, ratificando os interesses de diferentes atores sociais. A memória fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Em decorrência desse parâmetro construtivista, “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (Pollak, 1989, p. 4).

O artigo está dividido em três momentos. No primeiro, discute a repercussão dos ataques dos submarinos no cotidiano da população aracajuana, nos dias de tensão entre 1942 e 1943. Trata-se de entender a perspectiva de medo que se alastrou pelo estado, diante da chegada do conflito nos mares de Sergipe, com a capital permanecendo em estado de sítio, além de discutir a dor e pânico entre os moradores que perderam familiares com os naufrágios dos navios Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo.

No segundo momento foram discutidas as frestas de sobrevivências no momento de trauma e dor. Trata-se da análise da memória sobre os “malafogados”, objetos dos navios e naufragos emergidos nas praias de Sergipe e se tornaram alvo dos caçadores de relíquias a perambularem pelo litoral. Nesse ponto, evidencia-se como nos momentos de crise nem tudo se restringe a dor e

desolação, pois muitos podem entender a situação-limite como oportunidade de ascensão social, ou, de pelo menos conseguir amenizar os estereótipos de exclusão.

Por fim, no terceiro momento, foi problematizado o processo de construção da memória sobre os ataques dos submarinos alemães no litoral sergipano, ao longo da segunda metade do século XX, na qual prevaleceram diferentes acepções da cultura política que buscou em determinados momentos rememorar às vítimas dos naufrágios e em outros silenciou sobre os atentados. Desse modo, lembrar e esquecer também são alvo de disputas. Essas disputas pelo controle da memória dos ataques tiveram como principal foco o Cemitério dos Náufragos, edificado em uma das praias nas quais os corpos das vítimas dos ataques foram encontrados e a constituição do acervo do museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

1. O cotidiano sob vigilância: Aracaju em tempos de Guerra

Como a população de uma cidade enfrenta o medo e a dor? Essa questão aparentemente parecia irrelevante para a sociedade sergipana até agosto de 1942. As guerras, os ataques em massa e os navios de guerra pareciam ser pontos de uma situação distante. Provavelmente, o Atlântico fosse o maior símbolo da ligação entre Aracaju e a Segunda Guerra Mundial. Isso de forma polissêmica. Primeiro, a perspectiva que prevaleceu até 1942, na qual a guerra estava no além-mar, na outra margem do Atlântico e pouco afligia a população local. Até então, as batalhas eram acompanhadas como curiosidade por meio da imprensa, mas sem existir uma expressa ligação emocional com o conflito. Nem mesmo os ataques dos submarinos alemães no Atlântico Norte e no Golfo do México pareciam comover a população aracajuana (Barreto Neto, 2006). Após 1940, quando os nazistas controlaram alguns portos franceses⁴, os países do Eixo expandiram a guerra para diversas regiões. Assim, “com posse dessas bases francesas e com o apoio da espionagem, os *U-boots* expandiram a batalha por todo o Atlântico e afundaram vários navios mercantes na costa dos Estados Unidos, no mar do Caribe, no Golfo do México, no litoral africano e na costa brasileira” (Cruz; Aras, 2011, p. 161).

A segunda acepção da simbólica ligação da população aracajuana com a Guerra pelo Atlântico está associada com a situação-limite constituída após os ataques. O Atlântico, até então como ponto de distanciamento entre a guerra europeia e a cidade de Aracaju, tornou-se o alvo de ligação, que conduziu o terror para terras sergipanas. Nesse sentido, o que representava a proteção passou a simbolizar o perigo. Pescadores temiam voltar para o mar. Moradores das praias

⁴ Eram os portos de Lorient, Saint Nazaire, La Pallice e Bourdeaux.

do litoral sergipano fugiam para o interior, temendo os perigos oriundos do mar. Aracaju se tornou uma cidade sitiada (Cruz, 1999).

O dia 17 de agosto de 1942 foi marcado pelo transtorno, pelo desespero da população aracajuana que não entendia o que realmente tinha ocorrido. Os boatos dos ataques empreendidos pelos submarinos alemães alarmaram o cotidiano da pequena capital. Aquele foi um dia de luto. Dia de consternação. Os jornais da cidade cerraram suas portas. No dia de maior dor em Aracaju até então, o silêncio prevaleceu nas ruas, no comércio e na imprensa. Na terça-feira, dia 18 de agosto de 1942, a “Folha da Manhã” anunciou em sua primeira edição os dramas vivenciados em Aracaju:

Ontem, a cidade logo cedo, foi surpreendida com a triste notícia de que tinha torpedeado o vapor brasileiro Baependi, em águas sergipanas, próximo à costa de Estância. Mais dois navios nacionais tinham sido vítimas das emboscadas do Eixo (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

A notícia destacava o termo “surpreendida”. Ninguém da cidade esperava que a II Guerra Mundial pudesse ser sentida de modo tão próximo. “Em momentos assim, o trabalho da memória é mais inclusivo e compartilhado e invade a vida cotidiana” (Jelin, 2001). Isso é comprovado com as ações de ruptura do cotidiano urbano, com o fechamento do comércio, das escolas e o aumento do policiamento das ruas da cidade. “A Cidade inteira, ante estas notícias alarmantes, que pouco a pouco como labaredas se espalharam por todos os recantos, ficou profundamente consternada. O comércio não abriu mais suas portas no segundo expediente” (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

A imprensa descreveu a propagação da notícia dos naufrágios entre os moradores da cidade. Viver o trauma, ter o direito de enterrar os corpos dos náufragos, reivindicar o ingresso do país na guerra. Os mortos pelo atentado dos “U-boats” alemães eram elevados a condição de mártires da pátria, de heróis que deveriam ser vingados. Nos dias subsequentes aos ataques, a imprensa sergipana passou a clamar pela retaliação, pela vingança aos alemães.

No mesmo ensejo, o cotidiano da cidade foi transformado. Italianos e alemães que viviam na capital e nas cidades do interior se tornaram alvo de perseguições, acusados de serem espiões engendrados na sociedade sergipana. Esse foi o caso de famílias de elite no cenário local, como Nicola Mandarino, que teve seu palacete no Parque Teófilo Dantas, ao lado da Catedral Metropolitana, invadido e depredado. Além de Nicola Mandarino, os frades franciscanos do Convento Santa Cruz, na vizinha cidade de São Cristóvão, foram presos e obrigados a depor. Segundo Jorge dos Santos,

Os franciscanos foram acusados de manterem no convento um centro de espionagem, pois após a chegada dos alemães em São Cristóvão, eles derrubaram a torre do convento e construíram outra com formato estranho. Os pobres franciscanos foram presos e obrigados a sair do convento algemados e levados para Aracaju. Foi um dos momentos mais triste para os franciscanos alemães em Sergipe (Santos, 2011).

O cenário de horror e pânico propagado pelo estado de Sergipe desconstruiu a rotina cotidiana, provocou a emergência de conflitos silenciados até então. Vizinhos se tornavam alvo de suspeita. Frades eram apresentados como espiões, como os responsáveis pela tragédia que tanto comoveu a população local. Nos dias de guerra, aparentemente não havia em quem confiar e as memórias concorrentes emergiam (Pollak, 1989, p. 4). Tornou-se perceptível como as tensões da vida pública emergiam dentro dessas determinações da vida doméstica. Isso porque “um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade e uma repentina quebra de referência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados” (Thompson, 2007, p. 239). Nessa perspectiva, pode-se inferir que as perseguições ocorreram contra aqueles que já não eram bem vistos socialmente, que já eram suspeitos antes mesmo dos ataques⁵.

É evidente que a fonte oral apresenta suas peculiaridades, pois reflete as representações de um morador da cidade, no século XXI, sobre meados do século XX. Trata-se de uma releitura, de uma reconstrução do passado no tempo presente. Com isso, “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis, às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colora o passado” (Pollak, 1989, p. 9).

Nos idos da década de 40 do século XX, a situação-limite não se restringiu às vítimas dos atentados, nem aos familiares dos naufragos. Italianos e alemães foram perseguidos, tiveram suas propriedades invadidas, o patrimônio destruído. Policiais pelas ruas davam o toque de recolher e, ao longo do dia, tentavam em vão controlar os anseios populares, a volúpia por vingança. Outros buscavam os suspeitos: “A polícia que vem mantendo cerrada vigilância no que diz respeito à ordem já efetuou várias prisões de elementos que julga suspeitos” (Folha da Manhã, 1942, p. 1). É muito provável que nesse grupo de suspeitos estivessem os frades franciscanos de origem alemã que viviam no Convento Santa Cruz, na cidade de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe. Foram cenas de destruição

⁵ O principal vestígio acerca desta assertiva é a chamada “Questão de São Cristóvão”, que delineou as tensões entre a população da cidade de São Cristóvão e os frades franciscanos oriundos da Saxônia, na Alemanha, a partir de 1903, com a extinção das irmandades leigas no processo de reforma devocional católica (Santos, 2015).

pelas principais cidades, que segundo um dos principais memorialistas de Aracaju:

A exaltação aumentou. E a polícia não conseguiu dominar a multidão, que, alucinante e descontrolada, rolou pelas ruas, ameaçadoramente. E tiveram lugar, então durante dois dias, incêndios e cenas de depredação à propriedade particular dos alemães e italianos, sem que nenhuma força humana se pudesse opor a indigna alma sergipana (Cabral, 2002, p. 154).

Apesar de o registro dos memorialistas e a memória oral evidenciarem a perseguição que a população sergipana impregnou aos estrangeiros que viviam na capital e no interior, não foi constituída uma memória oficial sobre tais episódios. Isso reafirma a ideia de que “o trauma, por sua singularidade, parece estar alojado no núcleo do trabalho da memória, pode ser o articulador ou o elemento da fratura entre os processos de lembrar e de esquecer” (Kaufman, 1998, p. 4). As invasões domiciliares e as agressões foram sufocadas no processo de construção da memória acerca dos torpedamentos.

Percebe-se então como a construção da memória a respeito dos ataques dos submarinos alemães imprime a sua faceta conflitante, revelando os interesses de diferentes agentes, entre os quais se destacavam o Estado (e a imprensa que divulgou as suas ações e silenciou sobre as ações das camadas populares que invadiram as residências de estrangeiros na cidade e os saques), a Igreja e a elite local. A memória vitoriosa foi a dos militares, ao cristalizar a ideia de martírio das vítimas dos navios afundados. A agressão revelada nas ações discursivas propaladas pela imprensa e repercutidas na edificação de lugares de memória, ao longo da segunda metade do século XX, reificavam a agressão estrangeira ao povo brasileiro. Era a pátria a maior vítima.

Com isso, prevaleceram nos registros jornalísticos às lágrimas de mães que perderam os filhos, de famílias desoladas com a ausência dos pais, além da revolta popular diante da entrada dos corpos dos naufragos nas ruas de Aracaju⁶. A crise provocada pelos atentados criou um laço que uniu diferentes classes, reafirmando o sentimento nacionalista que tanto foi difundido na prática educacional dos anos trinta do século XX (Santos, 2013). Após os ataques de 1942, “todos” eram vistos como “irmãos brasileiros”, em contraponto com “a canalha nazista” (Folha da Manhã, 1942, p. 1). Evidentemente, essa construção identitária marcada por uma suposta unidade era frágil e, no decorrer do contexto bélico, apresentou fissuras que reafirmavam os diferentes lugares sociais dos envolvidos.

⁶ As primeiras vítimas encontradas por pescadores de Aracaju foram sepultadas nos cemitérios da capital, principalmente o Santa Isabel.

O patriotismo exacerbado dos aracajuanos após os atentados foi apresentado por Luiz Antônio Barreto como um dos fatores centrais que levou o Brasil a declarar guerra ao Eixo (Barreto, 2011). A imprensa veementemente usou da tragédia nos mares sergipanos para fortalecer na população local o sentimento antinazista, qualificando-os de covardes, canalhas, bárbaros e selvagens. Segundo a Folha da Manhã:

Todos, todos, chorando a sorte dos seus irmãos, vítimas da selvageria nazista, sentidos até o íntimo da alma e indignados com o torpe e covarde atentado dos agentes totalitários que, tripudiando por sobre as vítimas indefesas impotentes de reagir, trucidaram velhos, senhoras mães de família, jovens e criancinhas inocentes, perambulavam pelas ruas em busca de notícias novas que viesse esclarecer mais o bárbaro torpedeamento dos vapores brasileiros (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

A representação de inocência das vítimas é um elemento que permeia toda a narrativa da Folha da Manhã, assim como também foi a tônica de praticamente todos os textos que se referiam ao assunto. Isso indica o ideal de mártir, de morrer na condição de inocente. Por outro lado, os alemães eram desqualificados pelo uso de termos que denotavam o caráter bárbaro dos atentados e, ironicamente, o totalitarismo do governo nazista⁷.

Os mortos eram sepultados, enquanto os sobreviventes eram listados pela imprensa. Todavia, prevalecia a incerteza do panorama geral, da totalidade dos danos e das vítimas dos algozes alemães. O primeiro local que atendeu aos sobreviventes foi o Hospital Amparo de Maria, na cidade de Estância⁸. A sensação de terror aumentava à medida que os corpos eram recolhidos por pescadores e transportados para Aracaju, assim como os sobreviventes adentravam na cidade e descreviam os momentos de aflição.

Cerca de quatro horas mais ou menos, começaram a chegar os primeiros sobreviventes dos navios torpedeados. No Hospital de Cirurgia o Serviço de Assistência auxiliado pelos médicos da casa prestaram a todos que iam chegando os mais necessários e urgentes socorros (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

Nem Aracaju, nem Estância tinham hospitais com leitos suficientes para atender o quantitativo de náufragos dos três navios torpedeados no litoral sergipano. O somatório de esforços parecia ser insuficiente diante das

⁷ A ausência de democracia na Alemanha foi usada pela imprensa como argumento para elucidar a selvageria do povo, sem mensurar que o Brasil também vivia um regime ditatorial.

⁸ Os hospitalizados em Estância eram dois tripulantes e um passageiro de 15 anos do Baependi e um tripulante do Aníbal Benévolo (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

necessidades. Somente do Baependi foram 15 pessoas hospitalizadas em Aracaju. A especulação é que mais de seiscentas pessoas foram mortas nos ataques do U-570 no litoral sergipano (Cruz; Souza, 2009). A historiografia militar do Brasil classificou o episódio de “Massacre do Rio Real” (Capelato, 1989), reavivando a ideia na qual o Brasil foi alvo de uma agressão estrangeira e que esse teria sido o motivo que provocou a declaração de guerra ao Eixo. Essa perspectiva defendida pela historiografia militar reflete a construção da memória em situação-limite, os usos que essa memória passou ao longo da segunda metade do século XX. O exército nacional passou a ser apresentado como principal símbolo de resistência, defensor da honra do país nos palcos da II Guerra, incluindo a construção de monumentos em homenagem aos pracinhas.

É importante perceber como a imprensa, de imediato, passou a registrar textos de caráter ofensivo aos países do Eixo, qualificando-os como representantes do terror e que não respeitavam a democracia. Mas e o Brasil, também não passava por uma longa ditadura? A ditadura do Estado Novo foi silenciada pela imprensa. Vargas não foi apresentado como ditador, nem tampouco como defensor da democracia, mas como a saída diplomática e pertinente de quem usaria o poder enérgico do nacionalismo. Após os atentados, o DIP distribuiu panfletos anunciando as novas disposições:

Pela primeira vez as embarcações brasileiras, servindo o tráfego das nossas costas no transporte de passageiros e cargas de um Estado para outro – sofreram ataque dos submarinos do Eixo. Nestes três últimos dias entre Baía e Sergipe foram afundados os vapores “Baependi” e “Aníbal Benévolo” do Loide Brasileiro e o “Araraquara” do Loide Nacional S. A. O inominável atentado contra indefesas unidades da Marinha Mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola à margem e distante do teatro da guerra, foi praticado com desconhecimento dos mais elementares princípios de direito e humanidade. O nosso país dentro de sua tradição não se atemoriza diante de tais brutalidades e o Governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo e confiante na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a Vida e os bens dos brasileiros (Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942).

O Estado brasileiro tentou explicar a situação do novo contexto no qual a população nacional estava vivenciando, sem definir quais seriam as ações de retaliação e, ao mesmo tempo, deixando evidente de que os ataques “criminosos” não ficariam impunes. A mesma nota reforça a ideia de que o Brasil não poderia ser alvo das ações dos países envolvidos na guerra, levando-se em consideração a sua “tradição” de paz e seu posicionamento supostamente neutro. A segunda edição da Folha da Manhã, do dia 18 de agosto de 1942, trazia em sua manchete a

frase da nota do DIP, de que “não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e bens dos brasileiros” (Diário da Manhã, 1942, p. 1).

A repercussão dos ataques dos *U-boots* no litoral sergipano foram além das fronteiras do Brasil. No dia 18 de agosto, o governo argentino enviou as condolências para o povo brasileiro “pelos fatos que resultaram tantas perdas às vidas brasileiras” (Reuters, 1942). No Uruguai, as autoridades informavam que em Montevideú “formam-se legiões de combatentes dispostos a lutarem ao lado das democracias contra os exércitos totalitários” (Reuters, 1942). Ironicamente, o Brasil do Estado Novo, se tornara alvo dos regimes totalitários europeus e legitimou-se como principal justificativa para a luta em prol da democracia. Em apenas um dia, um turbilhão de informações deixava a população local ainda mais tensa, pois não havia informações seguras sobre o destino do Brasil na diplomacia internacional. Prevalencia apenas o dever de honrar as vítimas.

O principal aliado de Vargas em Sergipe, o interventor Augusto Maynard, resolveu sobrevoar a área onde ocorreram os ataques ao navio Baependi. Essa ação, assim como várias outras eram descritas na imprensa. No momento de terror, tudo era descrito de forma pormenorizada, buscando fornecer aos leitores as informações sobre a situação e, principalmente, as intervenções do Estado no intuito de demonstrar a presença, de comprovar que o governo não foi ineficaz diante dos ataques.

Hoje, à tarde, em avião militar o interventor de Sergipe, Coronel Augusto Maynard voou sobre as costas do mar próximas ao local dos torpedeamentos dos navios brasileiros. Sua Excelência foi ver de perto o local onde foi perpetrado pelas potências do Eixo o covarde atentado (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

O sobrevoou do interventor federal de Sergipe sobre o local onde teriam ocorridos os ataques foi realizado dois dias depois, justamente no momento no qual os corpos mutilados começavam a submergir nas praias de Estância, Itaporanga e Aracaju. À medida que os destroços e corpos apareciam, aumentava a experiência do terror (Thompson, 2007, p. 260), o pânico diante dos danos da catástrofe. Prova disso é o grande número de registros fotográficos que focaram os corpos mutilados encontrados nas praias. Esses registros foram publicados na imprensa e em livros de memorialistas, além de passaram a constituir o acervo iconográfico do Arquivo da Cidade de Aracaju, como consta na Figura I⁹.

⁹ Uma vítima não identificada do U-570, provavelmente devorado por tubarões e encontrado na Praia dos Náufragos, Aracaju. Acervo do Arquivo da Cidade de Aracaju.



Figura 1: Vítima Não identificada do U-570. 1942. Acervo do Arquivo da Cidade de Aracaju.

Imagens como essa impactavam a população sergipana, que como já foi dito não tinha a experiência de sepultar tantos mortos em um só momento¹⁰. Assim, o terror era uma construção discursiva, por meio de narrativas diárias no âmbito da imprensa e do uso imagético dos corpos dilacerados. A guerra adentrava os lares por meio da imprensa. O odor dos corpos em putrefação era propagado pelos registros fotográficos e matérias que apelavam para uma reação popular. Neste sentido, o terror era uma construção discursiva, na qual a guerra transmutava-se em personagem do cotidiano da população. O jornal Folha da Manhã contabilizava a chegada dos cadáveres, aumentando o sensacionalismo sobre a difícil situação.

Pairam sobre as praias de Sergipe vários cadáveres das vítimas inditas dos navios torpedeados. Até agora foram recolhidos 14 cadáveres sendo 13 de adultos e de 1 uma criança. Estes cadáveres depois de passarem pelo serviço de identificação foram sepultados (Folha da Manhã, 1942, p.1).

Os primeiros corpos localizados nas praias de Aracaju foram sepultados no cemitério Santa Isabel, no centro da cidade. Todavia, com o passar dos dias, o quantitativo de corpos nas praias foi muito maior e todos já estavam em avançado estado de putrefação, obrigando os pescadores a escolherem um local próximo para enterrá-los. Com isso foi criado um cemitério especialmente para as vítimas dos atentados, que depois seria escolhido pelos militares como lugar de memória da tragédia com o nome de Cemitério dos Náufragos.

¹⁰ O que mais se aproximou dessa situação-limite foi a grande epidemia que assolou a sociedade sergipana entre 1855 e 1856. (Santos Neto, 2001).

Com a difusão da notícia sobre os ataques, emergiu a pressão social para que o governo buscasse uma retaliação. Em Aracaju, palco central dos ataques, as reivindicações foram de imediato, pois com as primeiras notícias dos torpedeamentos, os estudantes saíram às ruas da cidade exigindo guerra¹¹. O Diário da Manhã registrou as atividades estudantis.

Enquanto isto, os estudantes sergipanos, os colegiaes patricios, herdeiros de uma tradição de bravura e de civismo, se aglomeravam pelas ruas e praças da cidade e erguendo vivas ao Brasil, exalçavam a coragem indômita do nosso bravo marinheiro, pranteando o desaparecimento dos valentes soldados que tombaram no cumprimento do dever ante as balas assassinas do Eixo (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

O ufanismo foi a tônica da notícia veiculada na Folha da Manhã, que em sinal de luto fechou suas portas, no dia 17 de agosto, e para conseguir apresentar todas as novidades a respeito da catástrofe, publicou duas edições no dia 18. No dia seguinte, o principal jornal sergipano daquela época noticiou a repercussão em outras cidades do país.

Porto Alegre. O afundamento de navios brasileiros nas costas do país causou nesta capital o mais profundo sentimento de revolta. Grande massa popular reuniu-se em frente ao placar do comunicado oficial dirigindo-se depois para os jornais da cidade a cuja frente improvisaram vibrante manifestação de protesto, fazendo se ouvir vários oradores que com palavras cadentes verberavam mais esse atentado a nossa soberania (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

O jornal, que costumeiramente relatava o desenrolar da guerra na Europa, passou a dedicar páginas e mais páginas aos episódios do mar sergipano e suas repercussões pelo país. A sensação de insegurança e a não definição de como seria a reação do governo brasileiro parecia estar criando um terremoto social, no qual Aracaju se tornara o epicentro. Os gritos de protesto ecoaram por várias cidades do Brasil, clamando por justiça conta os ataques aos cinco navios do país. Ainda havia outro medo a afligir a elite política que administrava o Brasil e Sergipe. Era o medo das revoltas populares, que a classe trabalhadora aproveitasse o ensejo de luta e protesto para burlar as normas das fábricas. No dia 19 de agosto de 1942, a Folha da Manhã apresentou o telegrama enviado pelo Ministro do Trabalho Industrial e Comércio para o Delegado Regional do Trabalho, Sebastião Muniz Falcão:

¹¹ De acordo com Luiz Pinto Cruz e Lina Aras, em entrevista concedida por Zé Peixe, os ginásianos de Aracaju saíram pelas ruas gritando queremos guerra, “queremos guerra, queremos guerra”. (Cruz; Aras, 2011, p. 174).

Deveis determinar medidas de vigilância em todos os setores ao vosso cargo em virtude situação resultante, afundamento navios afim de evitar perturbação ritmo trabalho e a ação sabotadores. A Delegacia coordena em tudo que seja necessário com o Senhor Interventor Federal que deveis procurar. Aguardo vossas informações. Saudações. Alexandre Marcondes Filho. Ministro do Trabalho Industrial e Comércio (Marcondes Filho, 1942).

Na situação-limite, os trabalhadores se tornaram foco de preocupação, uma classe a ser vigiada, controlada em todas as suas ações. A imprensa sergipana e o governo alegavam que naqueles tempos de horror não havia diferença entre pobres e ricos, entre patrões e trabalhadores. Todos eram irmãos feridos com a ofensa nazista. Todavia, mesmo o discurso apresentando todos os segmentos sociais na mesma situação, a atenção dada aos trabalhadores era especialmente voltada para a vigilância. Eram tempos de guerra, a sensação de insegurança não deveria tomar proporções fora do alcance do Estado. O estímulo estava voltado para o nacionalismo sob a tutela dos governantes, pois “Às 7: 12 da noite à praça Fausto Cardoso realizou-se um comício de desagravo. Falaram vários oradores. O comício foi encerrado pelo Interventor Federal que discursou da sacada do Palácio” (Folha da Manhã, 1942, p. 1). Como se pode perceber, o comício de desagravo tinha como principal personagem o interventor, Augusto Maynard.

Todavia, as camadas populares saíram às ruas em protesto, assim como em busca de informações sobre possíveis sobreviventes e de familiares desaparecidos. A imprensa deixava sinais sobre o desencontro de informações acerca das vítimas que denotavam proporções dantescas. Era um momento no qual a população não sabia de que forma deveria reagir. O policiamento solicitava que todos fechassem as portas de suas residências, porém muitas mulheres foram para as ruas em busca de filhos e esposos que estavam nas embarcações.

O povo, principalmente à medida de que passou o resto do dia de ontem exaltava em passeatas de desagravo pelas ruas, agora já voltou mais a serenidade. A cidade, no entanto, continua consternada, mormente, agora à tarde quando chegam cadáveres encontrados pelas praias. Acresce, ainda, que segundo consta o Aníbal Benévolo conduzia várias pessoas desta capital que ainda permanecem desaparecidas e trazem desta forma a inquietação para as suas famílias que estão inconsoláveis. A polícia continua a percorrer a cidade com o fim de guardar a segurança e a ordem pública (Folha da Manhã, 1942, p. 1).

É interessante perceber como o jornal tentava reforçar a ideia de que a população já tinha voltado a sua normalidade, ao estado de serenidade. Todavia, essa mesma notícia registra o desconforto dos moradores que possuíam familiares no Aníbal Benévolo, ao permanecerem inconsoláveis. Dessa assertiva, podemos

concluir algumas questões. Primeiro, o impresso deixava claro como as informações concernentes aos tripulantes do Aníbal Benévolo eram desconstruídas, a partir do uso de termos como “segundo consta”. Por que esse desprezo pelas vítimas aracajuanas dos ataques? É muito provável que a busca dos segmentos sociais dos tripulantes seja o caminho para esse entendimento. Muitos dos mortos aracajuanos eram pobres, que tinham familiares vivendo na periferia da cidade. Isso explica a presença do policiamento ostensivo para manter a ordem pública. Além de estarem vivendo em um ambiente permeado de notícias desconstruídas e não saberem do destino de seus familiares que estavam na embarcação, os moradores da periferia da cidade passavam a viver sob a experiência do terror imposto pela vigilância constante da força policial. Se os mortos dos navios eram apresentados como mártires da nação, heróis coletivos e desprovidos de face, seus familiares eram tratados como ameaça a estabilidade política e social.

A distinção ocorria a cada edição do impresso “Folha da Manhã”, enumerando os nomes da elite que eram encontrados, vivos ou mortos¹². A morte de pessoas da elite era ofuscada dos holofotes da imprensa, tornando-se sujeitos dos enredos nos textos noticiosos. Era a face do luto de um a sociedade que perdia homens com nomes e sobrenomes. Em relação aos pobres, a situação era oposta. Nada de nomes e de famílias enlutadas. Prevalciam imagens do terror, como um espetáculo imagético do horror da guerra. Os corpos de pobres eram encontrados nas praias e fotografados como ícone da catástrofe, todavia sem mencionar a origem, como consta na Figura II¹³.

¹² Um dos nossos pilotos no primeiro voo que deu encontrou na praia o naufrago Firmino José dos Santos tendo ao lado um pedaço de salva vida com a seguinte inscrição: RI A. N. N.. (Folha da Manhã, 1942, p. 1)

¹³ Vítima não identificada do Aníbal Benévolo. Acervo do Arquivo Público de Aracaju, agosto de 1942.



Figura 2: Vítima não identificada do Aníbal Benévolo. Agosto de 1942. Acervo do Arquivo da Cidade de Aracaju.

Corpos ultrajados nas praias desertas de Aracaju e Estância criavam um cenário desolador para os moradores. A decomposição dos naufragos e a ação da comunidade no sepultamento dos mesmos aumentaram o desencontro das informações, incluindo o número total de vítimas dos navios torpedeados no litoral sergipano. A situação de horror somente foi amenizada com a notícia que todos esperavam, vista como a primeira reação brasileira aos ataques dos submarinos alemães que supostamente humilhavam a soberania nacional. Foi a destruição do U-570, submarino que tinha torpedeado cinco navios entre Sergipe e Bahia em apenas dois dias. A vitória foi cantada na imprensa,

As quatro horas de ontem as 50 milhas do litoral brasileiro foi torpedeado o submarino alemão autor dos afundamentos dos 5 navios brasileiros. O feito heróico foi realizado pelo capitão-tenente Jack Lacey do avião Naval norte-americana. Sobrevôo a região a bordo do avião comandado pelo capitão-tenente Thomas Callan o Coronel Augusto Maynard Gomes. Ao saltar sua Excelência, o Interventor Federal do Estado de Sergipe foi calorosamente aclamado pelo povo que se dirigiu em massa na frente do Palácio Presidencial onde o grande sergipano anunciou ao povo o feito memorial (Diário da Manhã, 1942, p. 1).

A destruição do *U-boot* alemão foi apresentada como a primeira ação contra o Eixo. A cidade de Aracaju permaneceu recolhendo e sepultando os naufragos, continuando com o medo de novos ataques, que só voltariam a ocorrer no litoral sergipano no dia 1º de agosto de 1943, quando foi naufragado o navio Bagé. Contudo, o segundo ataque não teve a mesma repercussão da primeira. A cidade não voltou a entrar em estado de pânico. A tragédia de 1943, já não surpreendeu a população local. O torpedeamento do Bagé apresenta-se como um

ponto de esquecimento e “revelou uma situação importante, isto é, a impressão de que os primeiros torpedeamentos pegaram a população aracajuana desprevenida, despertando medo pelo desconhecido” (Cruz; Aras, 2011, p. 171). A imprensa que no ano anterior havia criado um cenário tingido pelo horror, nos idos de agosto de 1943 praticamente ignorou os novos atentados. Todavia, na construção da memória em situação-limite dos naufragos dos navios torpedeados no litoral sergipano, nem tudo simboliza desespero. Parte da população entendeu o momento como oportuno para tentar vencer as barreiras das classes sociais, superar a pobreza e tentar ascender socialmente. Tinha início à busca pelos “malafogados”.

2. Os “malafogados”: a outra face da situação-limite

Nem todos enfrentam as dificuldades da mesma forma. A experiência do terror provoca as mais diversas reações e, no caso de Aracaju, a situação não foi destoante. Diante das dificuldades enfrentadas pela localização de corpos nas praias, moradores praianos vislumbraram a possibilidade de se beneficiar saqueando os destroços das embarcações e dos naufragos que possuíam joias ou estavam bem vestidos. Os registros documentais iconográficos expressavam os corpos mutilados, como estratégia de tingir o horror, mas também expressavam as roupas das vítimas, que foram usadas pelos moradores das praias, conforme a Figura III¹⁴.

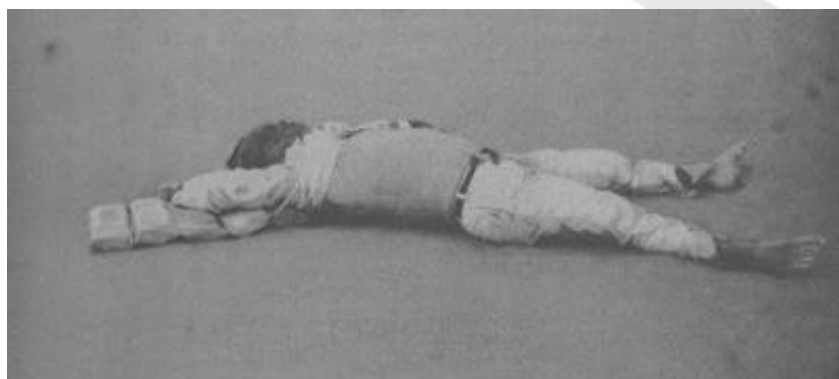


Figura 1: Vítima do U-570 nas praias de Aracaju. 1942. Acervo do Arquivo da Cidade de Aracaju.

Corpos como esse estavam entre as principais vítimas dos malafogados, pessoas que buscavam objetos de valor entre os destroços e naufragos. Foram esses personagens que tentaram criar estratégias de sobrevivência. Segundo Edward Thompson, “é essa experiência que adquire feições clássicas, na vida social e na consciência, consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres”

¹⁴ Vítima do U-570 nas praias do Aracaju. Acervo Arquivo Público de Aracaju, 1942.

(Thompson, 2007, p. 260). A experiência da guerra foi apropriada em diferentes formas pela população sergipana: ora como a face do horror, ora como a face da oportunidade. Ternos e sapatos passaram a ser vistos como parte do vestuário das camadas populares de Aracaju. De acordo com o memorialista Murilo Melins,

Quando uma pessoa pobre aparecia bem vestido e calçando sapatos, os críticos diziam: lá vai um “mal afogado”. Geralmente os tecidos, depois de alguns meses se rompiam, por terem ficado por algum tempo na água salgada (Melins, 2000, p. 130).

As notícias de pescadores que localizavam caixas com dinheiro e joias foram proliferadas pela cidade, cunhando a permanência da memória dos ataques na cultura oral aracajuana. Na situação-limite, alguns segmentos sociais tentaram encontrar novas fontes de renda. Era a tentativa mítica de ascender socialmente.

Papos sobre pescarias e estórias dos torpedeamentos dos cinco navios, dos naufragos que davam nas praias de Atalaia. Casos de pescadores que acharam caixas cheias de cédulas de grande valor, que depois de secas ao sol, fizeram alguns mudarem suas vidas, para melhor. Uns compraram casas, outros se estabeleceram no comércio (Melins, 2000, p. 112).

Os veranistas passaram a ouvir as narrativas sobre os “mal afogados” encontrados nas praias, Bocáina e Rua da Frente: “pacotes de lápis, peças de tecidos, caixas de Gillette, bolas de borrachas, sapatos, etc.” (Melins, 2000, p. 113). As memórias entravam em confronto. De um lado a memória oficial, marcada pela construção simbólica de atentado a soberania nacional, de ofensa a Pátria e aos brasileiros. Era a memória que tentou reforçar a imagem de mártires do Brasil. De outro, a memória dos familiares que foi silenciada, da população aracajuana que aguardava ansiosa a chegada de seus entes, o que nunca chegaria a ocorrer. Certamente, esses foram os principais protagonistas silenciados na trama mnemônica dos atentados dos submarinos alemães em Sergipe. Também se destacam a escrita de memorialistas com o registro sobre estudantes que desfilaram pelas ruas da cidade, clamando pela reação imediata do Brasil aos atentados e dos pescadores que encontraram e enterraram os naufragos. Os historiadores memorialistas, ao lado dos registros orais, também se tornaram os principais testemunhos sobre os populares “malafogados” (Cruz, 2012).

E os sobreviventes? Quais foram as suas concepções sobre os atentados? Quais foram as marcas da experiência do terror? A imprensa registrava como as vítimas eram internadas nos hospitais sergipanos e a principal preocupação dos médicos e enfermeiros era de acalmá-los. O pânico do mar, dos ruídos das embarcações submergindo no Atlântico criou grande impacto aos sobreviventes.

Questões aparentemente básicas como o adormecer havia se tornado para os sobreviventes do ataque uma forma de perpetuação do tormento, com os sonhos margeados pelos gritos e ruídos do ataque. Na versão de Milton Fernandes da Silva, sobrevivente do Araraquara,

Às 21 horas, achando-se o navio quase de trávés com a cidade de Aracajú, com o clarão da mesma a vista, eu dormia no meu camarote, quando fui despertado por um estampido ôco, seguido de estremecimento do navio. Levantei-me incontinentemente, ainda com o barulho da explosão e tentei acender a luz, mas já não havia energia elétrica. Compreendi, então, que o navio havia sido torpedeado. Vestia eu a calça do uniforme, por cima do pijama, quando aproximou-se o comandante perguntando ao oficial do quarto, 2º. piloto, Benedito Iunes, o que havia acontecido. Foram estas as suas palavras: -"Que foi isto, Benedito?" O referido oficial preso de grande nervosismo nada respondeu, tendo eu dito então: - Fomos torpedeados, e o navio está adernando consideravelmente. A este tempo a guarnição já se aproximava do passadiço aguardando a ordem do comando, que foi a seguinte: - Ponham os colêtes salva-vidas e corram as baleeiras (Silva, 2008, p. 2).

O trauma do sobrevivente é marcado pela permanência dos aspectos de sonoridade. Os ruídos dos ataques e do navio naufragando permeia toda a narrativa do entrevistado. Isso é recorrente na memória oral, pois nas "recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados são de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores" (Pollak, 1989, p. 11). Na assertiva de Milton Fernandes Silva prevalecem os ruídos, o contraste entre a luz e a escuridão. Tudo isso fortalecia a sensação de insegurança, pois em momentos de guerra a tortura tem como um dos seus pilares o campo psicológico.

O problema dos traumas não permanecia somente no momento dos ataques aos navios. Nos momentos subsequentes aos torpedeamentos, os transtornos psicológicos se faziam perspicazes. O depoimento do sobrevivente revela as dificuldades dos momentos posteriores aos naufrágios dos três navios, com memórias maculadas pela fome e percepção do total desamparo.

Durante toda a madrugada avistamos constantes clarões de explosões no local onde afundou o navio, explosões estas, que creio terem sido nas garrafas de ar comprimido e nos tanques de óleo. Continuamos sobre as tabuas, notando que o mar nos aproximava cada vez mais para terra, sempre em frente a barra do Aracajú. Assim passamos o resto da noite de 15, todo o dia 16, quando aproximadamente, as 2 horas do dia 17, o marinheiro começou a dar sinais de perturbação mental, pedindo alimento, dizendo ter ouvido bater a campainha para o café, depois tentou agredir o tenente, o que evitamos; em seguida, desesperado de fome e sede atirou-se ao mar, sendo impossível qualquer salvação. Logo após,

o segundo tenente começou a demonstrar o mesmo sintoma, perguntando pelos colegas. Lembrei-me, então de indagar seu nome e ele respondeu ser Oswaldo Costa. Tentei acalmá-lo, foi impossível, atirou-se n'água. Com cuidado para não haver desequilíbrio nas poucas taboas que nos restavam, agarrei-o pelas botas, conseguindo colocá-lo novamente sobre as mesmas. No entanto, poucos minutos depois, colocando-se numa atitude agressiva, dizendo que eu e meu companheiro estávamos embriagados, que ia para casa, fez-se novamente ao mar, sendo desta vez, impossível salvá-lo (Silva, 2008, p. 2).

Malafogados e sobreviventes passaram a ser vistos com desconfiança, sob o peso psicológico da culpa. Para os primeiros, a culpa de ascender socialmente com o espólio da guerra, objetos e vestuário dos náufragos. Pobres que conseguiram melhorar as condições de vida e, todavia, não conseguiram deixar de serem excluídos, apontados nas ruas como “malafogados”, aproveitadores da morte alheia, da tragédia que feriu a sociedade sergipana. Para os segundos, a culpa recaía sobre o fato de terem sobrevivido à tragédia, de não terem morrido como ocorreu com os companheiros de viagem, com o restante da tripulação. A culpa poderia ser mais sagaz nos casos nos quais os sobreviventes, como Milton Fernandes Silva, que mesmo estando diante dos companheiros afligidos mentalmente pelo drama, foram ineficientes na salvação dos náufragos.

3. Lugares de memória e a política de silenciamento

Após os dias de alvoroço e estardalhaço, a população aracajuana acalmou-se. Os corpos localizados nas praias paulatinamente foram sepultados nos cemitérios da capital e de Estância, além do Cemitério dos Náufragos. Nem mesmo o ataque ao navio Bagé, em 1943, recriou em sua totalidade a atmosfera de pânico. Com o final da Segunda Guerra Mundial e o fim das ameaças de novos ataques aos navios mercantes na costa sergipana, o cotidiano da cidade voltou a sua rotina. Todavia, nas décadas subsequentes, o Estado brasileiro patrocinou a construção de uma memória dos mártires dos atentados, com a edificação do monumento aos náufragos e a oficialização do cemitério, no início da década de 70 do século XX.

O Cemitério dos Náufragos se tornou ponto de reflexão, um dos mais importantes monumentos públicos de Sergipe. Isso foi oficializado no governo de Lourival Baptista, em plena ditadura civil-militar, na qual o Estado apresentava a preocupação em consolidar uma nova configuração da identidade nacional e fortalecer a simbologia dos heróis da Pátria. Nessa conjuntura o Cemitério dos Náufragos foi tombado pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sergipe como monumento histórico estadual. Em tempos de ditadura,

era preciso reafirmar o posicionamento do Estado diante da memória política da Segunda Guerra.

No cemitério a simbologia da marinha foi exposta, corroborando para a construção da memória que supostamente enaltecia as vítimas dos atentados, que como já vimos eram cidadãos civis. No entanto, o Cemitério dos Náufragos, como monumento histórico revela outra memória. As vítimas dos algozes alemães não foram os passageiros, mas sim a própria Marinha. A memória construída pelo Estado expressa a Marinha brasileira como principal alvo dos ataques, ou seja, ela foi eleita a heroína da nova memória edificada, como consta a Figura IV¹⁵.



FIGURA 4. Âncora no Cemitério dos Náufragos e a construção da memória da Marinha Brasileira. Registro fotográfico do autor, 2011.

Percebe-se como a construção da memória em situação-limite sobre os ataques dos submarinos alemães aos navios mercantes brasileiros no litoral sergipano teve como seu principal momento o período da ditadura civil-militar, no qual a memória das vítimas confundiu-se com a própria trajetória da Marinha Nacional. A trajetória do Cemitério como um dos principais monumentos públicos do estado de Sergipe revela a preocupação do Estado não somente em preservar as lembranças dos ataques, mas de construir uma memória de heroísmo das Forças Armadas do Brasil. Essa hipótese se torna plausível à medida que observamos a inexistência de identificação dos túmulos dos náufragos, como pode ser analisado na Figura V¹⁶.

¹⁵ Âncora no Cemitério dos Náufragos e a construção da memória da Marinha Brasileira. Registro fotográfico do autor, 2011.

¹⁶ Túmulos simbólicos construídos pelo Ministério da Marinha, em 1972. Registro fotográfico do autor, 2012.



FIGURA 5: Túmulos simbólicos construídos pelo Ministério da Marinha, em 1972. Registro fotográfico do autor, 2012.

O monumento simples, construído em 1972, teve como patrocinador o Ministério da Marinha, ou seja, partiu de uma política cultural do Estado no intuito de se constituir uma memória oficial. Era um lugar de memória que expressava a leitura proeminente do Estado nacional, desprovido de face e nomeações que elucidassem a presença do indivíduo. O monumento erigia o protagonismo das forças armadas e enaltecia o nacionalismo por meio da inscrição de sua placa: “Cemitério dos Náufragos dos navios mercantes Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. ‘Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade’”. Ainda na década de 70 do século XX, o governo estadual construiu uma rodovia ligando Aracaju ao litoral sul, denominada Rodovia dos Náufragos. É interessante observar que a Rodovia dos Náufragos não passava pelo cemitério, pois estava localizado a cerca de cinco quilômetros da Rodovia a beira-mar, onde está localizado o Cemitério dos Náufragos e que ironicamente foi denominada de Rodovia José Sarney.

As iniciativas de construção de uma memória oficial acerca dos torpedeamentos teve como seu período áureo o alvorecer da década de 70 do século XX. O monumento foi inaugurado nos idos de 1972 e no ano subsequente, O Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe, sob a gestão da intelectual Núbia Marques, apresentou a proposta de tombamento do cemitério. De acordo com Roberta Silva Rosa:

No ano de 1971, segundo Porto (2013), houve uma solicitação de tombamento do cemitério “original” feito pela diretora do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, Núbia Marques. Entretanto, a mesma informou que na época os corpos das vítimas já não se encontravam mais no local, tendo sido deslocados para um monumento no Mosqueiro. Diante disso, em 1972, este segundo cemitério recebeu atenção por parte das autoridades, sendo assim restaurado com os recursos do Ministério da Marinha e do Governo Estadual – SUDOPE, e devido à sua

importância e representatividade foi '[...] elevado a Monumento Histórico através do Decreto Estadual de nº 2.571 em 20 de maio de 1973' (Rosa, 2015, p. 124).

O Cemitério dos Náufragos tornou-se um dos primeiros monumentos reconhecidos como patrimônio histórico no Estado de Sergipe. Representava a monumentalização da memória dos ataques dos submarinos alemães e da reação da Marinha Nacional. O lugar de memória respalda-se no uso de uma simbologia que associa as forças armadas ao martírio, com a âncora e a cruz. Observe a Figura VI¹⁷:



FIGURA 6: Túmulos simbólicos construídos pelo Ministério da Marinha, em 1972. Registro fotográfico do acervo do IHGSE.

Outro aspecto relevante a respeito da construção da memória dos ataques dos submarinos alemães no litoral sergipano é o fato de ela ter se concentrado nas décadas de 70 e 80 do século XX. Nos decênios posteriores ocorreu uma política de silenciamento, com o esquecimento dos ataques, das vítimas e até mesmo dos monumentos criados nas décadas anteriores. Prova disso é que em 2008, o Cemitério dos Náufragos foi interditado pela Defesa Civil, alegando a falta de cuidados na preservação.

O Cemitério dos Náufragos, como lugar de memória (Nora, 1989) expressa os interesses do Estado brasileiro nos anos ditatoriais em constituir uma leitura comum sobre o passado, na qual o heroísmo era atrelado ao exército. Essa perspectiva também se encontra matizada no acervo exposto no Museu Galdino Bicho, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. A expografia da “Casa da Memória de Sergipe” expressa de forma incontestante o protagonismo do Estado nos

¹⁷ Túmulos simbólicos construídos pelo Ministério da Marinha, em 1972. Registro fotográfico do acervo do IHGSE.

episódios históricos locais, com ênfase para a família imperial e para os objetos oriundos da II Guerra Mundial, como pode ser observado na Figura VII¹⁸.



FIGURA 7: Objetos dos pracinhas brasileiros na II Guerra Mundial. Fonte: Museu Galdino Bicho. IHGSE. Foto do autor, 2011.

Percebe-se uma confluência nas leituras do passado entre o acervo do Museu Galdino Bicho e o monumento do Cemitério dos Náufragos. São elementos que remontam a um protagonismo do Estado nas relações diplomáticas do Brasil no contexto do conflito mundial, na qual a ênfase recai no poderio bélico do Exército e na retaliação da Marinha. Mais uma vez, as vítimas dos naufrágios tornam-se sujeitos diluídos na difusão de uma cultura política que reconstituiu a urdidura do passado sob as lentes do Estado e o silêncio dos atores.

Considerações finais

Os tempos de guerra que afligiam a Europa prendiam a atenção dos leitores incautos dos jornais de Sergipe, que a cada dia anunciavam o avanço das tropas alemãs sobre os países do Velho Continente. Com os ataques dos

¹⁸ Objetos dos pracinhas brasileiros na II Guerra Mundial. Fonte: Museu Galdino Bicho. IHGSE. Foto do autor, 2011.

submarinos alemães aos navios brasileiros na costa sergipana, a Segunda Guerra chegava ao país, constituindo uma memória em situação-limite.

A problematização dessas memórias é um ponto fundamental para entender a alteração do cotidiano da cidade e os propósitos de diferentes grupos sociais no processo de construção/apropriação da memória. Em agosto de 1942, a cidade de Aracaju passou a apresentar os conflitos que já existiam de modo velado, perseguindo estrangeiros italianos e alemães, além de integralistas (Costa, 2011). De um momento para outro, frades franciscanos deixavam o púlpito para serem expostos em praça pública como algozes da catástrofe, espiões que violavam a soberania e mantinham os nazistas informados da situação nacional.

A dor e revolta eram questões apontadas pela imprensa local, confirmando as diferentes percepções da situação de terror, assim como as estratégias dos governantes na tentativa de se fortalecerem politicamente, apropriando-se da reação exercida pela patrulha norte-americana. Nesse sentido, percebe-se que apesar do governo brasileiro ter alegado o seu posicionamento de neutralidade e de que o país não poderia ser alvo dos ataques, desde janeiro de 1942, o governo brasileiro vinha abrindo espaço para a ação militar dos Estados Unidos, num processo de aproximação que certamente incomodou a Alemanha em decorrência do Atlântico sul ser considerado um ponto estratégico de avanço militar¹⁹. Nisso, pode-se inferir que a inocência do governo brasileiro, assim como a sua suposta neutralidade não eram consistentes diante da conjectura internacional.

Todavia, nem todos enfrentam os problemas com o mesmo olhar e com a mesma leitura. Para muitos moradores das praias de Aracaju, os naufragos se tornaram fonte de renda, uma oportunidade única de buscar a sonhada ascensão social, de superação das dificuldades financeiras. Em busca dos “mal afogados”, de relíquias pertencentes às vítimas dos atentados, parte da população entendeu o contexto desfavorável como estratégia de enriquecimento. Eram os populares “malafogados”.

Ainda destacou-se a política pública voltada para o “Massacre do Rio Real”, na qual os militares tentaram construir uma memória em que a Marinha nacional passava a ser a principal vítima dos atentados, consolidando-se como

¹⁹ De acordo com Jorge Lucas Minella, “23 de janeiro, 1942. No Palácio Tiradentes, praça XV de Novembro, Rio Janeiro, Capital Federal, realizava-se a 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, presidida, não por acaso, pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha. Naquele dia, o nono do encontro, encerravam-se as atividades da Comissão de Defesa do Hemisfério, e o Ministro brasileiro discursou na reunião plenária desta comissão que marcou a recomendação, por unanimidade, da fórmula relativa ao rompimento de relações diplomáticas, comerciais e financeiras das nações americanas com o Japão, a Alemanha e a Itália” (Minella, 2013). Neste sentido, era evidente a política externa brasileira de alinhamento com o pan-americanismo.

mártires e heróis da nação, com a edificação de monumentos públicos, construção de rodovias e elevação do Cemitério dos Náufragos a monumento tombado pelo governo estadual. A memória evidencia o seu caráter polissêmico, conflitante e sua incontestável relação com o poder. Assim, tanto o lembrar como o esquecer são facetas em momentos diferentes dos interesses relacionados a política pública sobre a memória. Já a ferida dos familiares das vítimas dos atentados desde o primeiro momento foi sufocada pelas forças policiais, que sistematicamente empreenderam a vigilância das ruas e impediam o ecoar dos gritos públicos. A dor foi silenciada. Os mortos das camadas populares expostos como espetáculo do horror. A cicatriz perpetuou-se apenas no âmbito da tradição oral, distante das iniciativas do Estado. Com isso, ao longo do período da ditadura civil-militar o Estado assumiu o protagonismo no processo de construção de lugares de memória, apropriando-se do protagonismo dos ataques. Com a redemocratização, essas ações voltam a ser silenciadas, pois, no novo momento, o dever de memória não constituía mais uma necessidade.

Fontes

- DEPARTAMENTO DE IMPRESA E PROPAGANDA. Nota sobre os ataques aos navios mercantes no litoral nordestino. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1942. In: Folha da Manhã. *Rio, 17*. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 4, col. 4.
- FOLHA DA MANHÃ. *Não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e bens dos brasileiros*. 2ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. *Torpedeados e afundados três navios brasileiros – Baependi – Aníbal Benévolo e Araraquara*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. *Reina consternação em todo território sergipano*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. *Presos diversas pessoas suspeitas*. 2ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 5.
- FOLHA DA MANHÃ. *Vandalismo Eixista*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. *De luto o Brasil*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. *Lista de passageiros e tripulantes salvos até o presente momento*. 2ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 3.
- FOLHA DA MANHÃ. *Cadaveres*. Nº 342. Aracaju, 19 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- FOLHA DA MANHÃ. *A manifestação de pesar dos estudantes*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 1 e 2.

- FOLHA DA MANHÃ. *O torpedeamento dos navios brasileiros: novos detalhes*. 2ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 4
- FOLHA DA MANHÃ. *Sentimento de revolta*. Nº 342. Aracaju, 19 de agosto de 1942, p. 1, col. 3.
- FOLHA DA MANHÃ. *Comício de desagravo*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1 e 4, col. 4 e 5.
- FOLHA DA MANHÃ. *Começam a chegar sobreviventes dos navios torpedeados*. 1ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1, col. 2.
- FOLHA DA MANHÃ. *O interventor federal voa em avião militar sobre proximidades do local onde foi torpedeado o "Baependi"*. 2ª Ed. Nº 341. Aracaju, 18 de agosto de 1942, p. 1 col. 5.
- JORGE DOS SANTOS. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Cristóvão. São Cristóvão, março de 2011.
- MARCONDES FILHO, Alexandre. *Medidas de segurança*. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo Governo. In: Folha da Manhã. *Cadaveres*. Nº 342. Aracaju, 19 de agosto de 1942.
- REUTERS. *Pesar da Argentina*. 18 de agosto de 1942. In: Folha da Manhã. *Pesar da Argentina*. Nº 342. Aracaju, 19 de agosto de 1942, p. 1, col. 1.
- REUTERS. *Dispostos a lutarem ao lado das democracias*. 18 de agosto de 1942.
- SILVA, Milton Fernandes. *A última viagem do navio Araraquara. Relato de um sobrevivente*. Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008.

Bibliografia

- BARRETO, Luiz Antônio. *A Guerra e o amor no mar de Sergipe*. *Cinform*. Aracaju, 25 de novembro de 2011.
- BARRETO NETO, Raul Coelho. *Flores ao mar: os naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Prescolor, 2006.
- CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3ª Ed. Aracaju: Banese, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O nazismo e a produção da guerra*. *Revista USP*. São Paulo, 1989.
- CATELA, Ludmila da Costa. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- COSTA, Anailza Guimarães. *Os torpedeamentos no litoral de Sergipe em 1942: estrangeiros e integralistas sob suspeita*. *Cadernos do Tempo Presente*. Vol. 6. Aracaju: UFS, 2011.
- CRUZ, Luiz Antônio Pinto; SOUSA, Antônio Lindvaldo. *U-boots no Brasil: vivências do homem costeiro diante da Guerra Submarina em Sergipe (1942-1945)*. *IV Congresso Internacional de História*. Maringá, 2009.

- CRUZ, Luiz Antônio Pinto; ARAS, Lina Maria Brandão de. Submarinos alemães e o cotidiano de Aracaju (1942-1945). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 40. Aracaju: IHGSE, 2010.
- CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Aracaju: memórias de uma cidade sitiada*. São Cristóvão, 1999. 97f. Monografia (Graduação em História). São Cristóvão: UFS, 1999.
- JELIN, Elisabeth y Susana G. KAUFMAN. Los niveles de la memoria: reconstrucciones del pasado dictatorial argentino. *Entre pasados*. Buenos Aires, 2001.
- KAUFMAN, Susana Griselda. Sobre violência social, trauma y memoria. *Seminário Memória Colectiva y Represión*. Montevideo, 1998.
- MAYNARD, Dilton Cândido. Entre microfones e bastidores: Estado novo, radiodifusão e intervenção cultural em Sergipe. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Nº 35. Ano 19, 2006, p. 81-89.
- MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *A arma retórica: o uso político do rádio em Sergipe (1939-1945)*. São Cristóvão: NPPCS, 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003
- MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. Aracaju: UNIT, 2000.
- MINELLA, Jorge Lucas Simões. Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo. Florianópolis, 241f. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 2013.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, 1993, p. 7-28.
- ROSA, Roberta da Silva. *Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da arqueologia de ambientes aquáticos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Cristóvão, UFS, 2015.
- SANTOS, Magno Francisco de. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: EDUFS, 2013.
- SANTOS, Magno Francisco de. *“O Prefácio dos tempos”*: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Niterói, 320. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2015.
- SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Campinas, 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, 2001.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, 1989.
- THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antônio Luigi Nigro Silva. Campinas-SP: Unicamp, 2007.
- WIEVIORKA, Annette. *L'Ère du témoin*. Paris: Plon, 1998.

Magno Francisco de Jesus Santos é Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Laboratório de experimentação em História Social e do Grupo de Pesquisa Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços.

Contato: magnohistoria@gmail.com

Recebido: 25/05/2017

Aceito: 02/07/2018